

Demonstrações Financeiras

Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	14
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	15
6. DEPÓSITOS JUDICIAIS	15
7. ATIVO CONTRATUAL	15
8. ARRENDAMENTOS.....	16
9. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	18
10. TRIBUTOS	19
11. PROVISÕES PARA RISCOS	19
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
13. RECEITA.....	21
14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	22
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	23
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	23
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	25
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	26
PARECER DO CONSELHO FISCAL	29
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1200, subsolo 1, sala 12, Bairro Santo Agostinho, e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta, 345kV, nos termos do Contrato de Concessão com a União Federal através da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social era de R\$ 52.775 mil. O Capital integralizado era de R\$28.000 mil, representado por 28.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT em 31 de dezembro de 2021, e da Companhia Energética de Minas Gerais S.A – Cemig em 31 de dezembro de 2020.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$18.450 mil em 2022, em comparação a R\$29.223 mil em 2021. O resultado da Companhia é composto, principalmente, pela receita de operação e manutenção da linha de transmissão Furnas – Pimenta.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$21.083 mil em 2022, em comparação R\$31.831 mil em 2021. Desse montante, R\$21.047 mil é relativo à remuneração do ativo contratual antes da dedução à receita operacional (R\$31.730 mil em 2021).

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional totalizaram R\$1.786 mil em 2022, comparados a R\$2.315 mil em 2021.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$3.403 mil em 2022, em comparação a R\$2.183 mil em 2021. A variação se justifica pelo aumento dos serviços de terceiros e materiais.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2022 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$2.123 mil, comparado a receita financeira líquida de R\$926 mil em 2021.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2022, a Companhia apurou despesas no montante de R\$1.433 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente ao mesmo período em 2021, a Companhia apurou despesas no montante de R\$1.351 mil.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

R\$ mil	2022	2021	Var. %
Lucro líquido	18.450	29.223	36,86
Despesa de IR e CS	1.443	1.351	6,81
Amortização	3	3	-
Resultado financeiro	(2.213)	(926)	138,98
LAJIDA	17.683	29.651	40,36

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$18.450 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$3.558 mil, referentes à Reversão da Reserva de lucos a realizar, seja dada a seguinte destinação:

- R\$13.244 mil para constituição de reserva especial,
- R\$8.764 mil para constituição de reserva para investimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.147	489
Títulos e valores mobiliários	4	12.397	9.046
Concessionárias e permissionárias	5	2.759	2.426
Tributos compensáveis		113	64
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		294	275
Ativo contratual	7	28.879	26.678
Outros ativos		384	532
TOTAL DO CIRCULANTE		46.973	39.510
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	47	1.861
Depósitos judiciais	6	389	389
Tributos diferidos		156	11
Ativo contratual	7	81.399	89.203
Imobilizado		1.279	199
Direito de uso	8	83	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		83.353	91.742
ATIVO TOTAL		130.326	131.252

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores		1.174	95
Tributos a recolher	10	1.583	1.328
Encargos regulatórios	9	473	534
Dividendos a pagar	12	-	14.570
Convênio de compartilhamento	17	135	170
Passivo de arrendamentos	8	11	10
TOTAL DO CIRCULANTE		3.376	16.707
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores		20	20
Tributos diferidos	10	3.003	3.287
Imposto de renda e contribuição social	10	3.567	3.657
Encargos Regulatórios		111	-
Passivo de arrendamentos	8	79	73
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.780	7.037
TOTAL DO PASSIVO		10.156	23.744
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	28.000	28.000
Reservas de lucros		92.170	79.508
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		120.170	107.508
PASSIVO TOTAL		130.326	131.252

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo básico e diluído por ação)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	13	21.083	31.831
CUSTOS OPERACIONAIS	14		
Custos de operação		(2.827)	(1.783)
LUCRO BRUTO		18.256	30.048
DESPESAS OPERACIONAIS	14		
Despesas gerais e administrativas		(350)	(131)
Outras despesas, líquidas		(226)	(269)
		(576)	(400)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		17.680	29.648
Receitas financeiras	15	2.243	951
Despesas financeiras	15	(30)	(25)
		2.213	926
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		19.893	30.574
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(1.533)	(961)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	90	(390)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		18.450	29.223

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	18.450	29.223
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	18.450	29.223

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar - CPC 47		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	28.000	5.516	17.167	46.210	-	96.893
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,1442 por ação)	-	-	(4.038)	-	-	(4.038)
Resultado do exercício	-	-	-	-	29.223	29.223
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Reserva legal	-	84	-	-	(84)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	22.684	-	(22.684)	-
Reserva de lucros a realizar – Reversão	-	-	(1.128)	(12.775)	13.903	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,5225 por ação)	-	-	-	-	(14.570)	(14.570)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,2067 por ação)	-	-	5.788	-	(5.788)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	28.000	5.600	40.473	33.435	-	107.508
Aprovação de dividendos adicionais propostos pagos	-	-	(5.788)	-	-	(5.788)
Resultado do exercício	-	-	-	-	18.450	18.450
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Reserva especial	-	-	13.244	-	(13.244)	-
Reserva para investimento	-	-	8.764	-	(8.764)	-
Reserva de lucros a realizar – Reversão	-	-	-	(3.558)	3.558	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	28.000	5.600	56.693	29.877	-	120.170

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	18.450	29.223
Ajustes por:		
Amortização do direito de uso (Nota 8)	3	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16)	(90)	390
PIS/Pasep e Cofins diferidos	(145)	(373)
Juros passivo de arrendamento (Nota 8)	11	10
Atualização monetária ativo contratual (Nota 7)	(22.057)	(31.730)
	(3.828)	(2.477)
(Aumento) Redução de ativos		
Concessionárias e permissionárias	(333)	(512)
Tributos compensáveis	(68)	(293)
Ativo contratual	27.660	21.519
Outros ativos	(939)	(154)
	26.323	20.560
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	1.079	(233)
Impostos, taxas e contribuições	116	939
Imposto de renda e contribuição social	870	928
Encargos regulatórios	50	(333)
Partes relacionadas	(35)	170
Outras obrigações	7	8
	2.084	1.479
Caixa gerado pelas atividades operacionais	24.579	19.562
Imposto renda e contribuição social pagos	(1.015)	(637)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	23.564	18.925
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em títulos e valores mobiliários	(1.537)	(4.980)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.537)	(4.980)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(20.358)	(15.077)
Arrendamentos pagos (Nota 8)	(11)	(11)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(20.369)	(15.088)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.658	(1.143)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	489	1.632
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.147	489
	1.658	(1.143)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Transmissão Centroeste De Minas S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e autorizado, tendo como acionista a Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT, constituída com o objetivo de: construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta II, 345KV, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal em 04 de março de 2005, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia iniciou as suas atividades operacionais em abril de 2010.

Em 18 de março de 2010, a Companhia obteve do Governo do Estado de Minas Gerais – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, Licença de Operação – LO nº02/2010, válida até 17 de março de 2014, para atividade da linha de transmissão de energia elétrica em 345 KV Furnas – Pimenta II. Em 16 de dezembro de 2013 foram entregues à SEMAD a documentação necessária ao processo de renovação da LO. Com a promulgação da Deliberação Normativa COPAM Nº217, de 2017, a atividade deste empreendimento passou a ser não passível de renovação de LO e, por este motivo, seu processo de renovação junto à SEMAD foi arquivado. Em 2022, o empreendimento cumpriu condicionantes ambientais impostas pela LO nº02/2010. Em março de 2023, foi protocolado relatório com o cumprimento das condicionantes para solicitação de encerramento das mesmas.

Em 13 de janeiro de 2020, a acionista Cemig concluiu a aquisição da participação societária detida pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás na Centroeste, correspondente a 49% do capital social, passando a ser titular, assim, da totalidade das ações. A aquisição, que resultou na obtenção do controle da Centroeste pela Cemig é resultado do exercício do direito de preferência na aquisição detido pela Cemig da participação societária objeto do Leilão Eletrobrás 01/2018, Lote P, realizado em 27 de setembro de 2018, homologado em 15 de janeiro de 2019.

Em 2021, a Cemig aumentou o capital social da Cemig GT, por meio do aporte do investimento detido pela Cemig na Centroeste, passando o controle da Companhia para a Cemig GT.

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura, de engenharia e de operação e manutenção regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Receita Anual Permitida

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.067/2022, a ANEEL estabeleceu a receita anual permitida (“RAP”) atualizada da Companhia em R\$ 31.558, para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 (R\$ 28.502 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de abril de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Ativo contratual;

■ Nota 11 – Provisões para riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	Restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 –

Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas bancárias	58	60
Aplicações financeiras Overnight	2.089	429
Total	2.147	489

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia entre 13,62% a.a a 13,64% a.a em 31 de dezembro de 2022 (entre 8,87% e 9,14% em 2021), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	1.361	530
Letras Financeiras Bancos - LFs	8.107	7.471
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	2.858	940
Debêntures	71	105
	12.397	9.046
Não circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	-	1.835
Debêntures	47	26
	47	1.861
	12.444	10.907

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração de 103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 18 destas Demonstrações Financeiras.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
			2022	2021
Concessionárias e permissionárias	2.759	-	2.759	2.495
Perdas de créditos esperadas	-	-		(69)
Total	2.759	-	2.759	2.426

Prática contábil

As contas a receber de concessionárias e permissionárias são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

O ajuste para perdas esperadas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

São depósitos judiciais referentes a ações de servidão administrativa que seguem seu curso normal no judiciário. Conforme relatório da assessoria jurídica da Centroeste, os depósitos cobrem a totalidade do principal, porém há incidência de juros de 12% ao ano, devidos desde a emissão provisória da posse, e poderão acarretar desembolso pela Companhia, que serão reconhecidos após o término da ação, quando serão apresentados os cálculos para liquidação de sentença.

7. ATIVO CONTRATUAL

De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com o cliente, os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos contratuais a partir de 1º de janeiro de 2018, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade das linhas de transmissão.

Saldo do ativo contratual em 31/12/2020	105.670
Remuneração do ativo contratual	31.730
Realização do ativo contratual	(21.519)
Saldo do ativo contratual em 31/12/2021	115.881
Remuneração do ativo contratual	22.057
Realização do ativo contratual	(27.660)
Saldo do ativo contratual em 31/12/2022	110.278

	2022	2021
Circulante	28.879	26.678
Não Circulante	81.399	89.203
	110.278	115.881

Prática contábil

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

8. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74	74
Remensuração	8	8
Amortização	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	79	79
Remensuração	7	7
Amortização	(3)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	83	83

b) Passivo de arrendamento

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	76
Juros incorridos	10
Arrendamentos pagos	(10)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83
Juros incorridos	13
Arrendamentos pagos	(11)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2)
Remensuração	7
Saldo em 31 de dezembro de 2022	90
Passivo circulante	11
Passivo não circulante	79

Prática contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento

realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

9. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2022	2021
Passivo circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	373	409
Taxa de fiscalização da ANEEL	9	9
Pesquisa Expansão Sistema Energético	9	10
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	19	20
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	58	82
CDE sobre P&D	5	4
	473	534

10. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2022	2021
Circulante		
Cofins	980	904
PIS/Pasep	212	196
INSS	257	153
Outros	134	75
	1.583	1.328
Não circulante		
Cofins	2.468	2.702
PIS/Pasep	535	585
	3.003	3.287
TOTAL	4.586	4.615

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Não circulante		
Imposto de renda	2.277	2.329
Contribuição social	1.290	1.328
TOTAL	3.567	3.657

11. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia está envolvida, como impetrante, em litígios relacionados a áreas de servidão para passagem de linhas de transmissão de energia, no montante estimado de R\$4.434 em 31 de dezembro de 2022 (R\$4.407 em 31 de dezembro de 2021).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado era de R\$28.000 mil, representado por 28.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT em 31 de dezembro de 2021, e da Companhia Energética de Minas Gerais S.A – Cemig em 31 de dezembro de 2020.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2022	2021
Reserva legal	5.600	5.600
Retenção de lucros	56.693	40.473
Reserva de lucros a realizar - CPC 47	29.877	33.435
	92.170	79.508

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu de reserva legal em 2022, pois atingiu o limite de 20% que dispõe a Lei 6.404/76.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parte do lucro líquido, no montante de R\$9.686, a ser pago como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Reserva para investimento

Nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, parcela do lucro líquido do exercício, no montante de R\$9.225 para ser aplicado em reserva para investimento.

Reserva de lucros a realizar

A Companhia registrou, na reserva de lucros a realizar, valores referentes a perdas na mensuração do ativo de contrato nos moldes do CPC 47 – Receita de contrato com clientes.

Considerando que a proporção da parcela a ser realizada do ativo de contrato era superior ao valor mantido na reserva de lucros a realizar, a Companhia, até 2020, utilizou-se dessa premissa para que não fosse necessária a realização de tal reserva. No entanto, buscando aprimorar a informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras, a Companhia optou, a partir de 2021, por demonstrar a parcela realizada desta reserva.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2022 e 2021 foi feito conforme abaixo:

	2022	2021
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	18.450	29.223
Reserva legal	-	(84)
	18.450	29.139
Dividendo obrigatório – 50%	9.225	14.570
Reserva de retenção de lucros	-	22.684
Reserva de lucros a realizar	3.558	(13.903)
Reserva especial	13.244	-
Dividendos obrigatórios	8.764	14.570
Dividendos adicionais propostos	-	5.788
Total dos dividendos	22.008	20.358

Destinação do resultado de 2022 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$18.450 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$3.558 mil, referentes à Reversão da Reserva de lucros a realizar, seja dada a seguinte destinação:

- R\$13.244 mil para constituição de reserva especial, e;
- R\$8.764 mil para constituição de reserva para investimento.

Aumento de capital - Proposta da Administração

Considerando que, em 31 de dezembro de 2022, a soma das reservas é superior ao capital social, a Diretoria Executiva da Companhia encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de utilização das reservas de lucros para aumento do capital social, no montante de R\$34.293, conforme art. 193 da Lei 6.404/76, que excede o capital social autorizado em R\$ 9.518.

13. RECEITA

	2022	2021
Remuneração do ativo contratual	22.057	31.730
Receita de operação e manutenção	812	2.416
Deduções à receita operacional (a)	(1.786)	(2.315)
Receita operacional líquida	21.083	31.831

(a) Deduções à receita operacional

	2022	2021
PIS/Pasep	149	222
Cofins	686	1.024
Reserva Global de Reversão – RGR	579	759
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	106	89
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	107	89
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	106	88
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	53	44
Total das deduções	1.786	2.315

Prática contábil

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.
- Receita de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de construção relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: corresponde ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores.

14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos de operação

	2022	2021
Serviços de terceiros (a)	1.743	1.479
Material	759	-
PCLD	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	310	252
Outros custos e despesas operacionais	15	52
	2.827	1.783

Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	350	131

Outras despesas operacionais líquidas	226	269
Outras despesas operacionais, outros	107	269
Serviços de terceiros	119	-
TOTAL	576	400

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	2.132	939
Outras receitas financeiras	111	12
	2.243	951
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(11)	(10)
Outras despesas financeiras	(19)	(15)
	(30)	(25)
Resultado financeiro	2.213	926

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita de transmissão de energia elétrica	28.324	28.324
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	2.266	3.399
Receitas financeiras	1.903	1.903
Outras receitas financeiras	111	111
Base de cálculo - Lucro presumido	4.280	5.413
Alíquota nominal	15%	9%
IR e CS	642	487
Adicional (10%)	404	-
IR e CS Total	1.046	487
Ativo de contrato - Longo prazo	(5.600)	(5.600)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo	(448)	(672)
Alíquota	25%	9%
IR e CS	(112)	(61)
Rendas de aplicações não resgatadas	228	228
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferidos	57	21
Receita por competência diferida	148	148

Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	12	18
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - Receita por competência	3	2
IR e CS – Despesa	1.106	510
Corrente	1.046	487
Diferido	(52)	(38)

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita de transmissão de energia elétrica	23.377	23.377
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	1.870	2.805
Receitas financeiras	779	779
Base de cálculo - Lucro presumido	2.649	3.584
Alíquota nominal	15%	9%
IR e CS	397	323
Adicional (10%)	241	-
IR e CS Total	638	323
Ativo de contrato - Longo prazo	10.200	10.200
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo	816	1.224
Rendas de aplicações não resgatadas	172	172
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferidos	247	126
Receita por competência diferida	557	557
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo - Lucro presumido	45	67
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - Receita por competência	11	6
IR e CS – Despesa	896	455
Corrente	638	323
Diferido	258	132

Prática contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Operações com energia elétrica (3)								
Cemig Distribuição	-	-	-	-	1.448	1.305	-	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	162	161	(134)	(121)
Madeira Energia	-	-	-	-	698	732	-	-
Norte Energia	-	-	-	-	1.228	996	-	-
Convênio de compartilhamento (1)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	135	119	-	-	(430)	(204)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	82	-	-	-	(825)	-
Prestação de serviços (4)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	61	-	-	-	(749)
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	14.569	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.089	429	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	12.397	9.046	-	-	437	209	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	47	1.861	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão;

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e valores mobiliários" no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,69% em 31 de dezembro de 2022 (0,51% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	14	8
Participação nos resultados	4	1
Previdência privada	1	
Total (1)	19	9

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Concessionárias e permissionárias		2.759	2.759	2.426	2.426
Títulos e valores mobiliários		1.710	1.710	5.725	5.725
Depósitos vinculados		389	389	389	389
		4.858	4.858	8.540	8.540
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	2.147	2.147	429	429
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	2	1.361	1.361	530	530
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	6.444	6.444	3.712	3.712
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	2.858	2.858	940	940
Debênture		71	71	-	-
		12.881	12.881	5.611	5.611
		17.739	17.739	14.151	14.151
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(1.194)	(1.194)	(115)	(115)
Passivo de arrendamentos		(90)	(90)	(83)	(83)
		(1.284)	(1.284)	(198)	(198)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.194	-	-	-	-	1.194
Passivo de arrendamentos	1	2	9	48	214	274
	1.195	2	9	48	214	1.468

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta II, 345KV, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal. Portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Fredstwon Reis Pereira
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 07 de junho de 2023.

Eduardo José de Souza

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.
Belo Horizonte- MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras

do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de Abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7